

A representação do indígena na Argentina. Um diálogo entre historiografia, etno-história e literatura

Ivia Minelli*

Para introduzir um debate acerca do legado indígena na historiografia argentina faz-se necessário mapear e definir, dentre o rol de autores escolhidos, algumas das principais abordagens que norteiam a representação desse ser autóctone na história do país. Três são as evidências aqui destacadas que, de certa forma, circundam a maioria das obras a serem trabalhadas: a síntese de uma história indígena sob a égide da *vitimação* sofrida pelos índios, desprezado no decorrer da conformação da história nacional; a determinação da situação indígena no país como um *derrotado* na história republicana argentina, sucumbido mediante as imposições criollas; e a transposição de um arcabouço explicativo crioulo ao indígena com o intuito de revelar sua presença no território e seu envolvimento com os processos independentistas, cedendo-lhe um caráter *a-histórico*.

Nessa primeira aproximação ao tema, três observações podem não sugerir uma tensão entre si ao ponto de garantir uma questão historiográfica que refletisse as transformações do pensamento argentino ao longo dos séculos XX e XXI, devido a uma familiaridade dentre as evidências apontadas em abreviar a história indígena a um manejo da história nacional crioula. Essa impressão, que se tornou também uma constatação fundamental para o nosso estudo, é resultado de uma problemática mais ampla: o *lugar* do indígena na Argentina, apresentada com tal intensidade que se tornava impossível uma disposição simplesmente cronológica da construção desses argumentos historiográficos, devido a certa persistência de atributos culturais aos indígenas que não foram reorganizados a partir das inovações metodológicas.

Dessa forma, os eixos destacados estabelecem um diálogo dentre as minúcias de suas análises desprendidas dos debates erigidos desde os anos 1960 até os dias de hoje, visto que revelam a permanência de um discurso evidentemente político no pensamento histórico argentino. Para Roy Hora e Javier Trimboli, a partir das décadas de 1960 e 1970 a detenção do saber histórico estaria relacionada a uma intrínseca capacidade de

* Mestranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com financiamento CNPq.

crítica política, sendo a história vista como espaço alternativo de satisfação tanto profissional quanto pessoal¹. Com as mudanças sofridas pela historiografia argentina, decorrentes da decepção com os rumos democráticos do país no anos 1980 – após a queda do regime militar –, da profissionalização da disciplina com o surgimento da Academia, assim como da perda da posição hegemônica da história social com a incorporação de novos objetos e problemáticas, é que Hilda Sabato corrobora com a idéia de Hora e Trimboli e defende a importância de compreender a base do pensamento argentino como o *lugar* do fazer histórico, antes de se propor a pensar a função desse fazer². Os autores apontam para a dinâmica de uma historiografia argentina que se relaciona prontamente com a sua história nacional, marcada por intensos debates políticos seculares que permeiam os demais aspectos da sociedade, como a cultura e os indígenas, por exemplo. Assim, afirmações como a de Beatriz Sarlo, sobre a impossibilidade de pensar algo em seu país que não passe pelo crivo da política³, poderiam soar como desabafo, mas acabam se revelando uma postura teórico-argumentativa:

Yo creo en la política, en la especificidad de la política, en la política como profesión, y por supuesto en las nuevas formas de hacer política.⁴

A manutenção desse propósito político também foi alvo de um importante artigo de Juan Manuel Palacio que aponta, dentro de um balanço historiográfico, uma ausência temática fundamental para entender a formação desse pensamento argentino: a perspectiva latino-americana teria sido abandonada nas últimas décadas do século XX⁵. O autor sugere que tal obsessão pelo recontar da história nacional ficaria em evidência também no próprio esforço de renovação historiográfica realizado nos anos 1980, que discutiu as teorias gerais de funcionamento do sistema latino-americano a partir da noção de que “refugiarse en lo nacional garantizaba a los historiadores un lugar seguro

¹ HORA, Roy; TRIMBOLI, Javier. “Introducción: dos palabras al lector”. In: *Pensar la Argentina. Los historiadores hablan de historia y política*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1994, p. 11.

² SABATO, Hilda. “La historia en fragmentos: fragmentos para una historia”. *Punto de Vista*. Ago/2001, n° 70, p. 41-42.

³ Beatriz Sarlo em entrevista de Hora e Trimboli. HORA, R. TRIMBOLI, J. *Op. Cit.* P. 174.

⁴ *Idem.* P. 190.

⁵ PALACIO, Juan Manuel. “Una deriva necesaria: notas sobre la historiografía argentina de las últimas décadas”. *Punto de Vista*. Diciembre / 2002, n°74, p. 39.

desde donde poder discutir (...) las inexactitudes de aquellas imágenes de conjunto”⁶.

Ao desmembrar-se de uma unidade latino-americana, surge outro tipo de problemática histórica: a excepcionalidade da postura argentina ante o restante do subcontinente⁷. É possível notar que a grande temática civilizacional do século XIX, marcada por um debate político-intelectual pós-independentista em busca de universos simbólicos autônomos na reinvenção de um *eu* latino-americano com discursos hegemônicos⁸, continua embasando a memória histórica argentina, que revigora em seus debates conceitos de matriz política sob estatuto tautológico⁹.

Se o grande mote dos estudos argentinos relaciona-se a uma temática nacional sustentada por motivos externados pelo século XIX, o olhar sobre o indígena apresenta-se sob dupla problemática: a primeira é de ordem temporal porque, uma vez rechaçado o momento histórico colonial em prol de uma discussão das heranças independentistas, a situação indígena passa a fazer parte de um passado pouco revisitado em que nada parece contribuir na formação de um país em processo de civilização. O segundo problema é teórico uma vez que, como consequência da proposição anterior, o tema essencialmente político restringe que o indígena possua uma problemática própria dentro da sociedade oitocentista e sua exclusão ficaria a mercê de uma intencionalidade política, que acaba por alijá-lo culturalmente.

A áurea política do pensamento histórico argentino lega ao indígena um lugar interpretativo comum no imaginário nacional ao significá-lo dentro de uma lógica estanque, sem espaço de autonomia discursiva que pudesse gerar um debate sobre possíveis fissuras político-culturais causadas na existência desse ser autóctone ante a construção de uma sociedade definida sob bases civilizadas e hegemônicas. Embora possam ser identificados distintos interrogantes, que desloquem a figura do índio de vítima para incorporado socialmente, os preceitos sobre ele não se abalam, pois a preocupação gira em torno de uma ideia de modernização, que perpassa a maioria dos

⁶ *Idem.*

⁷ PALACIO, J. M. “Una deriva necesaria...”. P. 40.

⁸ PRATT, Mary Louise. “Reinventando a América / reinventando a Europa: a auto-modelação crioula”. In: *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 301.

⁹ Essa questão tautológica é bastante explorada por Mauricio Tenorio Trillo no livro *Argucias de la historia: siglo XIX, cultura y América Latina*, no qual ele interpreta para a Argentina o estabelecimento de uma linguagem política que contataria dois séculos, dois mundos. TRILLO, M. T. *Idem.* México: Ed. Paidós, 1999, p.98.

estudos nacionais, cujo objetivo não seria o de buscar traços arcaicos ou pensamentos genuínos para o país, mas inserir a Argentina no processo de modernização do Ocidente nos séculos XIX e XX¹⁰.

Segundo as proposições de análise do pensamento político moderno de Hannah Arendt, a compreensão do universo que nos circunda seriam anteriores ao acesso do conhecimento e, por isso, os preconceitos que antecederiam uma investigação científica, por exemplo, teriam seus espaços privilegiados¹¹. Partindo dessa constatação, percebemos a apreciação histórica da Argentina de um personagem oitocentista que tange a cada momento nosso recorte historiográfico político: o gaucho¹², o qual sintetiza a complexidade da história nacional, tensionada entre as experiências citadinas e campesinas que revolucionaram as noções de civilização e barbárie no país. Essa figura emblemática carregaria em si o fardo de refletir sobre os meios impostos à Argentina para o alcance do progresso, tornando inexpressiva a presença de outros atores, como o indígena. Dessa forma, temos como finalidade observar os distintos esforços de inserir esse ente esquecido a partir dos anos 1960, relacionando as dificuldades que tal postura gerou aos estudiosos do período¹³.

1. O indígena como vítima da sociedade criolla oitocentista

Uma das mais recorrentes evidências historiográficas sobre o indígena, resistente ao tempo e às novidades da disciplina histórica, é entendê-lo como vítima de uma sociedade que, atenta aos anseios desenvolvimentistas, teria confinado o índio à marginalidade política, cultural e social. Nesse sentido, os extermínios físicos realizados ao longo do século XIX na Argentina¹⁴ teriam sido possíveis devido à fragilidade e inocência indígena enraizados no seu próprio modo de vida. Embora nenhuma corrente

¹⁰ SABATO, H. “La historia en fragmentos...”. P. 44-45.

¹¹ ARENDT, Hannah. “Compreensão e política”. In: *A dignidade da política*. Rio: Relume-Dumará, 1993, p. 42.

¹² A opção pela ortografia em espanhol “gaucho” tem como objetivo distinguir do nosso gaúcho rio-grandense.

¹³ Essa opção de pesquisa foi elaborada pela constatação de que textos anteriores a esse período estariam em busca de discutir sobre o “ser nacional”, como podemos indicar, a título de exemplo, o nome de Ruben Franklin Mayer e sua obra *El país que se busca a sí mismo: historia social argentina*. Nesse texto, Mayer procura estabelecer o tipo ideal argentino no gaucho e recuperar, assim, a verdadeira argentinidade esquecida. MAYER, R. F. *Idem*. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1970 (1ª edição de 1944).

¹⁴ Extermínios físicos iniciados pelos intuits políticos de Juan Manuel Rosas, em 1833, e culminados pela Conquista do Deserto de Julio Roca, em 1879.

historiográfica tenha ignorado a questão da ausência indígena no país, devido ao evidente arrefecimento dos povos sulistas, geraria as mais diversas interpretações e explicações dentro da historiografia argentina, muitas vezes considerando a ausência de protagonismo do indígena como um fato, sem avaliar o processo histórico que a ele teria legado tal estatuto.

Em obra que confere ao século XIX a preponderância da cidade como personagem principal na condução do rumo histórico para o país, *América Latina: as cidades e as idéias*, o historiador argentino José Luis Romero¹⁵ define que o mundo rural, historicamente mais estável em suas conformações, desempenhava o papel de servir às cidades latino-americanas, conforme revelaram as mudanças desta ao longo dos séculos e suas conseqüentes exigências de adaptação¹⁶. Sendo o universo rural o do indígena, este estaria submetido às vontades e necessidades das aristocracias emergentes desde o período da colonização, pois “o conquistador necessitava dos indígenas dominados, ou melhor dizendo, subjugados e, ao mesmo tempo, benevolentes”¹⁷. E por preconceito, segundo José Romero, acreditou-se que o campo era um aglomerado de territórios vazios, aptos a ser incorporado ao sistema cultural colonizador¹⁸.

Para o autor, esse teria sido o legado do trato indígena do período colonial para as novas cidades do fim do século XVIII, fortalecidas pelas ações de independência no início do século seguinte: a sobrevivência do campo na história latino-americana, que significava também a manutenção da presença indígena, o qual impunha entraves ao progresso das cidades através, inclusive, do seu trabalho¹⁹. Com as independências, as incipientes cidades²⁰ tinham como desafio desarticular as antigas relações da presente sociedade rural a fim de elas próprias tomarem as rédeas da ruralização no país,

¹⁵ Gostaria de destacar que esse texto é síntese de um artigo mais amplo e, por isso, apenas um autor foi eleito para registrar cada eixo argumentativo sobre o lugar discursivo do indígena na historiografia argentina.

¹⁶ ROMERO, José Luis. *América Latina: a cidade e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 42. Primeira Edição: *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina, 1976.

¹⁷ *Idem*. P. 81.

¹⁸ *Idem*. P. 43-44.

¹⁹ *Idem*. P. 159.

²⁰ Percebemos que nessa abordagem proposta por Luis Romero há uma tendência em generalizar a postura que os diferentes países tomaram em relação ao indígena. Embora ele considere alguns particularismos nas construções das cidades, o olhar que teriam lançado sobre o campo seria o mesmo.

deixando a marca da presença dos criollos no campo para a constituição de uma economia forte²¹. Dessa forma, tudo estaria por fazer e o mundo rural tornava-se um problema crioulo do século XIX independente.

Na interpretação de José Romero, os indígenas não teriam outra opção senão inserirem-se nessa nova lógica crioula de expansão e controle territorial, devido ao estado de natureza de sua cultura ante a força dos anseios econômicos dessa elite. O campo teria sido historicamente um lugar impelido a aceitar os projetos de grupos citadinos que, por necessitarem desse espaço rural, rapidamente a ele impunham seus valores e motivos: “Negros, mulatos, índios e mestiços atenderam ao chamado e aderiram aos exércitos da independência”²².

A vitimação dos indígenas se estabelece na obra, portanto, a partir dessa subordinação passiva a que eles estariam sujeitos mediante interesses e coações alheias, como se sua sorte estivesse atrelada à ação de terceiros, que lhe impossibilitavam qualquer autonomia discursiva. Entendendo por “vítima”, dentre as derivações do sentido atribuído cotidianamente à palavra, uma pessoa afetada de forma traumática, sujeita a arbitrariedades de outra²³, José Romero parece esforçar-se por definir a mazela da vivência indígena nas atribuições criollas, que dominava e determinava seu espaço de atuação. O primeiro problema nessa análise está na simplificação das relações entre campo e cidade, inseridas numa lógica binária econômica que pouco revelaria sobre as dinâmicas sociais e culturais de sociedades latino-americanas em profundas transformações²⁴, assim como na aceitação dos discursos produzidos pela cidade como reflexos da realidade. Em segundo lugar, o autor acaba por impor características ao índio imbuídas de juízos de valor, como ignorante, frágil, incapaz, entre outras, simplesmente por não o encarar como um personagem histórico. Ele estaria à parte do cenário onde se desenrolava a história e as tramas independentistas de um país em construção, sendo apático às mudanças e aos rumos tomados pelos criollos, justificando,

²¹ *Idem*. P. 161.

²² *Idem*. P. 219.

²³ Etimologia: lat. *victima,ae* 'vítima; animal que está para ser imolado'. Referência do Dicionário Houaiss.

²⁴ Na apresentação do livro de José Romero, edição brasileira aqui usada, Afonso Carlos Marques dos Santos indica essa leitura de cunho marxista existente na obra, mas também mostra a importância de ele ter iniciado um debate de base latino-americana, pouco comum nos anos 1960-70, ainda que utilizasse balizas européias de análise.

assim, os motivos genocidas físicos e culturais que o levariam à desagregação social. Por essa razão, entendemos como necessária uma leitura do indígena não a partir da história contada pelo século XIX, mas no ato de contar, de “fazer história”, sobre esse século, porque “sem dúvida a história é o nosso mito; ela combina o ‘pensável’ e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende”²⁵.

2. A incorporação cultural do indígena: a derrota cultural do elemento nativo

A corrente de pensamento que chamamos acima de “vitimação” tem sido bastante questionada por estudiosos da história argentina, podendo ser encontrados trabalhos cuja preocupação centra-se em realocar a problemática indígena na história do país. Tal mudança foi proveniente dos estudos de cunho cultural emergentes na década de 1980, que buscava alternativas às exclusividades da influência política e econômica como abordagens fundamentais para uma escrita da história. Para Peter Burke, uma das principais contribuições dessa “virada cultural”, sentida em vários países e continentes, foi a de deslocar o foco da “sociedade” para a “cultura”, de forma a fragmentar os objetos de estudo e destacar as particularidades dos valores vividos por distintos grupos, em diferentes locais e épocas²⁶.

Dentro desse novo espaço de argumentação, vamos ao encontro dos termos de estudo do mexicano Trillo, preocupado em designar o lugar assumido pelo termo “cultura” na América Latina, associado às histórias nacionais plurais que comporiam um todo continental. Isso implicaria legar à América Latina ser ela própria uma história cultural, no sentido de absorver as noções de espaços e tempos historiáveis que rompessem com os marcos políticos sustentadores de uma homogeneidade latina²⁷. Vale lembrar que, nesses estudos culturais, estão em voga as temáticas locais preocupadas em delimitar nos trâmites oitocentistas os particularismos nacionais. O que gostaríamos de assinalar com essa novidade historiográfica é que, sendo a ênfase dos estudos culturais as particularidades nacionais emergentes de uma crise estruturalista e de suas determinantes temáticas²⁸, o indígena começa a ter seu espaço como objeto e fonte de

²⁵ DE CERTEAU, Michel. “Fazer história”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 33.

²⁶ BURKE, Peter. “Introdução”. In: *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 8.

²⁷ TRILLO, M. T. *Op. Cit.* P. 159. Para o autor, embora a idéia de cultura seja hoje indefinível e ampla, ela carrega uma boa reputação, principalmente por ter se legitimado como matéria-prima das identidades (p. 157).

²⁸ PALACIO, J. M. *Op. Cit.* p. 38.

estudo na Argentina, ao passo em que não seria mais estudado como uma simples vítima política e econômica da sociedade criolla oitocentista. Ao focar elementos de caracterização nacional como território e debates constitucionais, a história argentina não poderia mais ignorar o indígena e seu contato com a sociedade criolla, e nem alijá-lo dos processos de construção nacional, como fizeram ao colocá-lo numa posição de incapaz de compreender a lógica de dominação territorial vivenciada naquele momento²⁹.

Inserida nesse debate teórico sobre os indígenas, Mónica Quijada define algumas importantes linhas de estudo que colocam as novidades dos anos 1980 na Argentina como um esforço pela desconstrução do mito da nação branca na América Hispânica, tais como: pensar a diversidade e heterogeneidade indígena, a fim de compreender não apenas as sociedades nativas, mas suas interações com as sociedades brancas; as relações entre os próprios indígenas e os processos internos delas derivados, devido ao contato entre diferentes grupos pela cordilheira dos Andes; e a valorização dos aspectos de sociabilidade indígena, ao que se refere aos meios sociais, político e econômicos de suas organizações internas³⁰. No entanto, podemos perceber que essa abrangência do mundo indígena aparece na história argentina na medida em que se mantém em contato com a sociedade criolla, seja no explícito desejo de pensar esse contato ou nas intenções de conceder sentidos a distintas organizações sociais. Nesse ínterim define-se a proposta de análise de Quijada: analisar as relações históricas entre índios e criollos a partir de negociações e participações, que recuperam “la presencia indígena en el contexto de las problemáticas pasadas y presentes del Estado argentino”³¹.

Essa nova postura teórica, que não abandona os preceitos de uma história política e nem deixa de considerar a realidade indígena como uma derrota imposta pela sociedade criolla, diferencia-se da anterior ao deslocar o lugar do índio na história nacional de “fora” para “dentro”, ou seja, dele é retirado o estatuto de vítima para colocá-lo o de “derrotado” culturalmente, porque ele teria sido ausentado a partir de sua

²⁹ QUIJADA, Mónica. “De mitos nacionales, definiciones cívicas, y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI”. In: ANSALDI, Waldo (coord.). *Calidoscopio latinoamericano: imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2004, p. 433.

³⁰ *Idem*. P. 427.

³¹ *Idem*. P. 428.

incorporação a uma sociedade que não lhe representava individualmente. Se antes ele era vítima na exclusão, visão criticada porque legaria apenas morte física aos índios, agora ele seria um derrotado devido à inclusão cultural imposta pela sociedade criolla.

A partir do que ela chamou de “reclassificação”, o indígena perderia todos os seus aparatos de defesa cultural ao incorporar-se à sociedade majoritária, desagregando-se culturalmente mediante o processo de cidadania posto em pauta, ainda que ele fosse considerado um debilitado cidadão³². Quijada mostra que essa proposta político-cultural, inicialmente aglutinadora, teria sido levada a cabo pelas ações militares culminadas com a Conquista do Deserto, porque o extermínio físico justificava-se na necessidade de construir um sentido final coletivo, que resultava na indispensável exclusão do elemento nativo³³. Nesse desfecho é que estaria concentrado o mito nacional da “nação branca”, a partir de um entendimento de eliminação total da presença indígena, como se fosse um fim trágico derivado de uma necessidade nacional³⁴.

Esse questionamento da autora é instigante e foi bastante importante para as reflexões do nosso estudo, tendo em vista que poucos são os trabalhos dedicados a uma revisão historiográfica sobre o indígena na Argentina. No entanto, apontamos como problema de análise exatamente essa tentativa centralizadora e persistente de pensar a ausência indígena como fruto de uma incorporação sócio-cultural de ordem política, que levaria a autora a evocar o entendimento desta possível construção coletiva sob a finalidade de corrigir seus efeitos, propondo o estabelecimento de uma *justiça histórica* como parte de seu objetivo de análise³⁵. Tal postura nos leva a pensar que seus textos, antes de estabelecerem uma preocupação historiográfica, propõem um diálogo com o seu presente de escrita e a atual realidade indígena³⁶, o que acabaria por reiterar o seu debate num plano de ação política criolla de tutela sobre o índio, frisando uma “retórica

³² QUIJADA, M. "De mitos nacionales...". P. 431.

³³ QUIJADA, M. "¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano". In: GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación*. México: FCE, 2003, p. 311;314.

³⁴ QUIJADA, M. "De mitos nacionales...". P. 432.

³⁵ *Idem*. P. 429.

³⁶ A autora mostra a preocupação com a atualidade ao revelar sua indignação, por exemplo, nas pesquisas oficiais de censo na Argentina que apenas em 2000 teriam reconhecido a presença de comunidades indígenas no território nacional. QUIJADA, M. "De mitos nacionales..." p. 426.

da culpa” que reorganiza sua argumentação entre vencedores e vencidos, sob a égide das grandes matrizes explicativas com as quais também trabalhavam os autores da vitimação³⁷. Na aceitação da construção de um discurso da ausência é que estaria uma atitude crítica de Quijada, indicando que um trabalho historiográfico recorre constantemente ao esquecimento para construir sua narrativa, recurso este que ajudaria a recuperar os sentidos de uma dada época³⁸. Portanto, ao mesmo tempo em que a autora sinaliza para um problema histórico, o define como uma questão social, exigindo do historiador uma atitude frente ao passado o qual, na sua visão, permaneceria latente.

3. A busca por um novo lugar do indígena: indefinição histórica ou a-historicidade?

Conforme foi apresentado pela própria pesquisadora Quijada, o surgimento dos estudos culturais forneceu uma importante abertura para pensar os meandros que circundam a temática indígena no país, valorizando aspectos particulares da vida indígena em contato com a experiência republicana argentina. Grande parte desses trabalhos dedica-se a um eixo metodológico que merece aqui ser destacado: uma forte tendência a valorizar os estudos da *micro-história*, com ênfase especial para as premissas antropológicas de investigação. Esse terceiro viés argumentativo tenciona-se com os dois outros, o de vítima e o de derrotado, porque revela a preocupação de alcançar o “índigena em si” que, até então, teria sido ignorado em sua participação efetiva no século independentista. Segundo essa outra vertente, ele deveria ser valorizado principalmente nos episódios de contato com as tropas militares em luta pela conquista do território, ou seja, nas relações fronteiriças.

Com a disposição de romper as antigas ortodoxias da disciplina que simplificavam e homogeneizavam o trato ao elemento nativo³⁹, a *etnografia* e a *antropologia* uniram-se a uma perspectiva histórica, com o objetivo de avançar na

³⁷ Essa forma de apreciação do trabalho de Quijada é resultado de uma leitura do texto de Edward Said que, preocupado em tornar complexas as relações estabelecidas pelas experiências colonizadoras e imperialistas da Europa sobre outros continentes, questiona se ao aceitar a “retórica da culpa” não estariam os historiadores resumindo a História a uma forma de denunciar e passado e, assim, reiterando os discursos de dominação propriamente civilizacionais europeus. SAID, Edward. “Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas”. In: *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 50.

³⁸ MITRE, Antonio. “História: memória e esquecimento”. In: *O dilema de centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 26-27.

³⁹ *Idem*. P. 42. Sabato confirma linhas muito gerais de estudo existentes anteriormente, que foram quebradas com as próprias vontades fragmentárias.

caracterização temporal do indígena, recuperando os atores negligenciados e a sua forma de agir⁴⁰. Assim, a disciplina histórica dos anos 1980 pensa o indígena junto às ciências sociais com a finalidade de dar-lhe voz dentro do século XIX, para dele remover o estatuto de “ingênuo” e de “passivo”. Dentro dessa expectativa, que basicamente baliza o debate sobre o índio hoje, apontamos um problema de abordagem: no esforço de integrar os indígenas à história nacional ocorre uma transposição dos valores criollos, decorrente de uma perspectiva a-histórica sobre o indígena, preocupada em redimensionar os significados do século XIX e não em questionar suas constituições discursivas.

Sendo que a história passaria a dispor de um olhar minucioso sobre as “organizações” das sociedades indígenas ao abrir-se para os estudos antropológicos⁴¹, pesquisas como a de Sol Lanteri passam a ser recorrentes, defendendo a multidisciplinaridade como corpo metodológico do trabalho historiográfico. O foco de um dos trabalhos dessa autora é a recuperação das importâncias dos agentes locais, tanto estancieiros quanto indígenas, na ocupação da região de Azul y Tapalqué na primeira metade do século XIX⁴².

Lanteri define seu trabalho como um estudo de caso ao focalizar, na organização da sociedade local, as características do processo colonizador junto às articulações sócio-étnicas e políticas desenvolvidas especificamente na região de Azul, entendendo que a micro-história seria uma fuga importante às explicações unidirecionais e automáticas oferecidas arbitrariamente a todo o território nacional⁴³. Sob esse ponto de vista, a autora valoriza a participação ativa do indígena na conformação da sociedade e do Estado provincial-nacional:

Por cierto, el rescate de un nuevo agente en la campaña rioplatense desde la colonia tardía, el pequeño-mediano productor-propietario agrario o “campesino”, generó nuevas preguntas y complejizó el panorama social, demográfico, económico, cultural y político de este espacio, que presentaba así su propia dinámica como contra-cara de la sociedad

⁴⁰ PALACIO, J. M. *Op. Cit.* P. 38.

⁴¹ BURKE, P. “A vez da antropologia histórica”. In: *Op. Cit.* P. 49.

⁴² LANTERI, Sol. “La frontera sur pampeana durante la época de Rosas. Entre el comportamiento de los agentes y la reconstrucción interdisciplinaria (Azul y Tapalqué, Buenos Aires, Argentina, primera mitad del siglo XIX)”. In: <http://anphlac.cjb.net>.

⁴³ *Idem.* P. 7.

indígena con la que interactuó, junto con otros actores, hasta la unificación del Estado a finales del siglo XIX⁴⁴.

Grande parte desse texto centraliza-se num debate metodológico, apresentando problemáticas sobre fontes e abordagens de cunho político sobre a fronteira e propondo a reconstrução histórica e interdisciplinar como solução para melhor alcançar o índio nesse espaço dinâmico e complexo⁴⁵. As informações etnográficas também seriam fundamentais para compreender as autonomias indígenas no período porque delineiam traços específicos para cada grupo étnico, da mesma forma como seria de grande utilidade o aporte da arqueologia, que ajudaria a visualizar o indígena em uma temporalidade mais abarcadora⁴⁶.

Segundo Marta Becchis, importante nome argentino em estudos etnográficos, a etno-história seria fundamental para os estudos indigenistas porque retrataria os processos históricos de interação entre alteridades coletivas⁴⁷ e o valor dessa abordagem estaria em poder designar com menor prejuízo a história de povos sem Estado e em sua maioria ágrafos⁴⁸. A autora defende tal postura para demonstrar que a afirmação da autoridade nacional e o surgimento do homem de fronteiras não aconteceram sem a oposição indígena⁴⁹ e, para isso, cria apontamentos em seu texto que servem tanto para análises históricas como antropológicas. Valendo-se de documentações primárias baseadas em cartas de caciques, relatos de comandantes fronteiriços e narrações de testemunhas oculares, Becchis revela que, como as noções de Estado, nação e território eram pouco precisas entre os próprios criollos, elas mantinham uma expressão segura na relação com o índio, porque expressariam uma realidade que se sabia estar construindo⁵⁰. Dessa forma, o indígena ganharia uma importância significativa para o estudo do século XIX republicano argentino, como responsável por consignar os

⁴⁴ *Idem*. P. 2.

⁴⁵ *Idem*. P. 7.

⁴⁶ *Idem*. P. 11-12.

⁴⁷ BECHIS, Marta. “La teoría de juegos-drama en la etnohistoria”. In: *Boletín Tefros*, vol.3 nº 1, 2005, p. 1 (endereço da página: <http://www.unrc.edu.ar/publicar/tefros/revista/v3n1p05/completos/juegosdrama.pdf>).

⁴⁸ BECHIS, M. “La ‘organización nacional’ y las tribus pampeanas en argentina durante el siglo XIX”. In: *Boletín Tefros*, vol.4 nº 2, 2006, p. 2 (endereço da página: <http://www.tefros.com.ar/revista/v4n2p06/paquetes/bechis.pdf>).

⁴⁹ BECHIS, M. “La organización...”. P. 22.

⁵⁰ *Idem*. P. 6. A autora indica nesse íterim a importância dos Tratados de Paz.

conceitos-chaves de formação da sociedade, valendo-se, inclusive, de certa independência para negociar as alianças e os acordos territoriais⁵¹.

Observando esses dois movimentos de análise proposto pela autora sob a perspectiva etnológica, inserir o protagonismo indígena na sociedade oitocentista e, conseqüentemente, reavaliar os debates e os personagens políticos formadores da nação argentina, percebemos que eles esgarçam os significados políticos oitocentistas a fim de integrar os indígenas, acabando por determinar a separação entre normas e práticas⁵². Por exemplo, quando Bechis indica que a linguagem desprendida dos Tratados de Paz estabelecidos entre criollos e índios seria objeto fundamental para compreender a formação do pensamento político, ela indica os motivos nacionalistas criollos como parte do domínio simbólico indígena, resumindo a temporalidade de conceitos como “nação” a uma base estritamente factual. Segundo a observação cautelosa de Elias Palti, seria preciso mudar a discussão em torno de conteúdos ideais, entendendo por estes a consagração da modernidade, da civilização como fim único a todos os personagens políticos heterogêneos do século XIX⁵³. Dessa forma, entendemos que o estudo dos povos sem estado a partir de uma comparação com a sociedade institucionalizada oitocentista impossibilitaria o estabelecimento de uma perspectiva histórica.

4. A literatura como proposta: o indígena e sua historicidade

A partir dessas três constatações e do breve mapeamento da problemática a respeito do indígena vítima, derrotado e ou a-histórico, tornou-se passível de nossa análise a própria indefinição sobre o lugar indígena e os meandros argumentativos da historiografia argentina. Perceber a manutenção de um discurso histórico pautado numa problemática fundamentalmente política nos levou a refletir sobre as *fontes* utilizadas para tais investigações e sobre a *perspectiva* a que estaria submetida essa documentação agregadora do universo indígena, particularmente oficial e envolta por uma tradição liberal. A existência do indígena para a história argentina parece resumir-se aos trâmites políticos de formação do país, seja valorizando o olhar criollo para justificar a dominação e subjugação daquele, seja partindo do próprio olhar indígena a fim de mostrar que ele era um dos agentes formadores dessa sociedade crioula.

⁵¹ *Idem.* P. 9.

⁵² PALTÍ, E. *Op. Cit.* P. 252.

⁵³ *Idem.* P. 253.

Dessa forma, nosso debate propõe um questionamento teórico à temática indígena na Argentina. Essa perspectiva não implica o abandono da noção política na abordagem do ser autóctone, visto que a política fomenta a problemática histórica do país. A proposta é ampliar o debate incluindo a literatura oitocentista como fonte alternativa e importante para o estudo sobre os índios e, assim, poder indicar que a problemática a eles atribuída até os dias de hoje, nos mais diversos momentos historiográficos, teria *surgido* de uma lógica histórica datada em que se criaram tanto as noções de política quanto de cultura local. Pretendemos assinalar, como nos indica o raciocínio de Edward Said, que resumir o histórico cultural da nação, no caso a crença da ausência indígena ou a consagração de sua nulidade cultural ao país, ao teatro das causas políticas e ideológicas vividas no século XIX resulta no problema da veneração da própria cultura e de supô-la divorciada do mundo cotidiano.

Muitos humanistas de profissão são, em virtude disso, incapazes de estabelecer a conexão entre, de um lado, a longa e sórdida crueldade de práticas como a escravidão, a opressão racial e colonialista, o domínio imperial e, de outro, a poesia, a ficção e a filosofia da sociedade que adota tais práticas⁵⁴.

A literatura possibilita pensar o momento cultural em que estavam submersos políticos e intelectuais na constituição dos projetos nacionais pós-independentistas, oferecendo espacialidade ao elemento indígena como um dos personagens do cenário argentino oitocentista, revelando uma problemática político-cultural que pode ser observada nas organizações estéticas dos discursos produzidos no período. Analisar o indígena historicamente é, inclusive, perceber os motivos que fizeram persistir a sua mesma caracterização ao longo dos séculos, levando em conta que o ato de selecionar uma memória nacional pressuporia o ato de imaginar um determinado passado condizente à realidade política vivida, delineando construções identitárias que devem ser encaradas como fórmulas em cuja autenticidade e veracidade seus articuladores confiavam⁵⁵.

Segundo Ana Pizarro, literatura e política relacionavam-se numa mesma vontade de projeto nacional, ambas consistindo em estabelecer uma organização para a sociedade e, por isso, muitas vezes podemos encontrar as polêmicas em torno da língua

⁵⁴ SAID, E. “Introdução”. In: *Op. Cit.* P. 14.

⁵⁵ AMBRANSON, Pierre-Luc. “Conclusiones”. In: *Las utopias sociales em América Latian en el siglo XIX*. México: FCE, 1999, p. 347.

e da cultura nos próprios discursos políticos⁵⁶. Nesse sentido, a homogeneização da representação política e cultural obteria um aspecto criativo que interferiria diretamente no real, apresentando uma concomitância entre realidade e imaginação⁵⁷. Se considerarmos a proposição de que memória e imaginação pautam-se num mesmo princípio organizativo⁵⁸, pois ambas apresentam a idéia de unidade e continuidade entre o sujeito e sua experiência, veremos que a "realidade" entre os intelectuais do século XIX pode ser o reflexo das peculiaridades de um país em formação. Os esquecimentos constitutivos da memória nacional, ou seja, a capacidade de criar vazios num recontar histórico⁵⁹, podem ser campos bastante elucidativos para nossa interpretação sobre os discursos político-literários da Argentina.

Dada importância ao elemento nativo circunscreve, geralmente, os estudos que queiram entender a adoção do indígena como símbolo nacional. A apropriação e a utilização dessa imagem parecem só adquirir importância teórica nos casos em que são explícitas as heranças culturais nativas, como no caso do México, a antiga Nova Espanha, e do Alto Peru. O nosso esforço é o de mostrar que mesmo o indígena não sendo adotado necessariamente como símbolo argentino, ele apresenta sua significativa importância para a organização e as definições políticas e culturais de constituição identitária argentina.

Nesse sentido, a literatura gauchesca, gênero através do qual é travada parte significativa dos debates político-culturais da sociedade argentina criolla ao longo do século XIX, foi praticamente ignorada em seu valor a estudos concernentes às questões indígenas e, por isso, apresenta-se para nós como um campo fecundo ainda a ser explorado. Embora seja relacionada imediata e aleatoriamente aos desígnios políticos de intelectuais citadinos que buscariam revelar através do uso da voz gaucha seus posicionamentos políticos⁶⁰, a gauchesca é um gênero literário sobrevivente dentre os

⁵⁶ PIZARRO, Ana. "La emancipación del discurso". In: PAZARRO, A. (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, vol. 2, p. 24-25.

⁵⁷ THEODORO, Janice. "Introdução". In: *América barroca: tema e variações*. São Paulo: Edusp, 1992, p. 10.

⁵⁸ MITRE, Antonio. "História: memória e esquecimento". In: MITRE, Antonio. *O dilema de centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, P. 13.

⁵⁹ *Idem*. P. 11.

⁶⁰ Conforme esteve fortemente em pauta no início do século XX e referenciado na renomada obra de Jorge Luis Borges *El Martín Fierro* de 1953.. Para a síntese das transformações do gênero e do seu

argentinos por suas características populares na forma escrita, o que abre espaço a distintas leituras, significados e constructos históricos a partir de sua constatação, revelando nessa abertura dialógica os debates políticos conformadores do incipiente cenário público oitocentista⁶¹. Esse tipo de fonte possibilita, portanto, repensar o desaparecimento do índio tratado pela história argentina, pois, ainda que seja real seu desvanecimento histórico e inquestionável a pouca importância cultural que ele tem recebido nessa sociedade, em cada obra do gênero podemos notar o elemento indígena caracterizado ao lado do gaúcho, sendo este o protagonista por excelência. Essa observação nos leva a pensar a conduta da sociedade crioula em relação ao indígena mediante uma necessidade de os intelectuais-políticos de construir essa ausência do elemento nativo. Tal perspectiva nos convida a considerar os aspectos da sociedade crioula para além de sua atitude marcadamente política, estabelecendo um intenso diálogo entre as instituições sócio-políticas e o universo simbólico local que, juntos, envolveriam e formariam os quadros de funcionamento social do novo país (PRADO, 2004, p. 22).

Inserindo uma lógica de pensamento que designa a caracterização tanto do índio quanto do gaúcho, a literatura gauchesca nos possibilita suplantar uma recorrente tradição liberal argentina que muitas vezes identifica o discurso crioulo como homogêneo ao longo do século XIX e, sobretudo, acaba por naturalizá-lo como símbolo nacional. O esforço de desconstrução indígena a favor do gaúcho é parte do pensamento oitocentista, pretendendo frisar a existência de uma Argentina que sabia fazer-se, concretizar-se. Aceitar essa herança da ação crioula é não reconhecer os artífices desse debate.

Consideramos o indígena como parte da lógica de produção desses discursos de forma a nos inserir nesse debate por caminhos menos viesados de análise. Assim, se destacá-lo da conformação do pensamento nacional para estudá-lo implica reiterar uma ideia de manipulação cultural em prol de uma cultura homogênea e branca, conforme

personagem mais afamado, ver: VERDEVOYE, Paul. “La identidad nacional y el *Martín Fierro*”. In: HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro - Edición crítica*. LOIS, Élica; Nuñez, Ángel (coord.). Barcelona: SPICIONE, 2001.

⁶¹ Consideramos o gênero gauchesco como “sobrevivente” por poder ter, ainda hoje, sua plasticidade recuperada como meios de denúncias sociais da vida da população. Sobre a literatura gauchesca, ver: RIVERA, Jorge B. (coord.). *Poesia gauchesca*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977; LUDMER, Josefina. *El género gauchesco. Un tratado sobre la patria*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

questionamos nos mais diversos estudos apresentados anteriormente, propomos observar esses discursos sobre o índio concomitante ao produzido sobre o gaúcho na literatura gauchesca, porque ao considerá-los dentro de uma problemática maior, como a construção dos espaços de barbárie mediante uma necessidade de formação do pensamento nacional civilizado, o foco deslocar-se-ia de índio vitimado, derrotado ou incapacitado para o de personagem no processo de construção político-cultural, mesmo que fosse através da sua ausência.

Bibliografia.

- AMBRANSON, Pierre-Luc. *Las utopias sociales em América Latian en el siglo XIX*. México: FCE, 1999.
- ANSALDI, Waldo (coord.). *Calidoscopio latinoamericano: imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2004.
- ARENDETT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FLORIA, Carlos Alberto; BELSUNCE, Antonio García. *Historia política de la Argentina contemporánea (1880-1983)*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación*. México: FCE, 2003.
- HORA, Roy; TRIMBOLI, Javier. *Pensar la Argentina. Los historiadores hablan de historia y política*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1994.
- LANTERI, Sol. “La frontera sur pampeana durante la época de Rosas. Entre el comportamiento de los agentes y la reconstrucción interdisciplinaria (Azul y Tapalqué, Buenos Aires, Argentina, primera mitad del siglo XIX)”. In: <http://anphlac.cjb.net>
- MAYER, R. F. *El país que se busca a sí mismo: historia social argentina*. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1970.
- MITRE, Antonio. *O dilema de centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MITRE, Antonio. *O dilema de centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- PALACIO, Juan Manuel. “Una deriva necesaria: notas sobre la historiografía argentina de las últimas décadas”. *Punto de Vista*. Diciembre / 2002, nº74.
- PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. Campinas: Ed. Unicamp, vol. 2, 1994.
- PRADO, M. Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: tela, tramas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- ROMERO, José Luis. *América Latina: a cidade e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- SABATO, Hilda. “La historia en fragmentos: fragmentos para una historia”. *Punto de Vista*. Ago/2001, nº 70.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- THEODORO, Janice. *América barroca: tema e variações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- TRILLO, M. T. *Argucias de la historia: siglo XIX, cultura y América Latina*. México: Ed. Paidós, 1999.